

REPRESENTATIVIDADE E TECNOLOGIA

Daniel Nascimento e Silva, PhD

Presidente da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM

A classe política se viu pega de surpresa com as manifestações ocorridas em todo o território nacional nesta semana. Acostumados à pretensa passividade do povo brasileiro, muitos desses ocupantes de cargos públicos imaginavam-se detentores de um cheque em branco, assinado pelos cidadãos durante as últimas eleições, que lhes permitiam fazer o que bem quisessem. As respostas aos desmandos vieram pela negação de suas atitudes pela população. O que mais se lia era “Eles não me representam”. O que essa mensagem quer dizer? Este artigo tem como objetivo mostrar já há tecnologias capazes de permitir a democracia direta.

Um dos grandes problemas da democracia brasileira é justamente a representatividade. Representar significa, para os efeitos democráticos, fazer aquilo que o povo gostaria que fosse feito ou tomar as decisões que o povo gostaria que fossem tomadas. Os vereadores e deputados são, teoricamente, os representantes do povo nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas estaduais e câmara dos deputados. Isso quer dizer que esses políticos deveriam votar em consonância com o que o povo deseja. Mas não é isso o que acontece.

Quando a democracia foi inventada, na Grécia clássica, não havia vereadores, nem deputados. O povo se reunia na praça e ali debatiam e tomavam as decisões sobre a cidade (a polis). Os escravos, que eram a maioria da população, executavam as decisões dos cidadãos, que eram aproximadamente 10 mil pessoas, dentre uma população de 100 mil. Como eram poucos, não precisavam eleger ninguém que os representassem, ou seja, que falassem e decidissem em seus nomes. Era o que chamamos de democracia direta, sem intermediários.

A democracia indireta, justamente essa democracia representativa, foi inventada porque as cidades aumentaram muito em tamanho e em população e era necessário que decisões fossem tomadas em relação não apenas a uma delas, mas para valer em várias delas, organizadas em Estados. Não é possível, por exemplo, colocar todos os cidadãos brasileiros em uma praça para debater e tomar decisões relativas ao País como um todo. Para superar

essa dificuldade inventaram a representatividade. O problema é que o mecanismo foi desvirtuado.

Na Grécia antiga não havia eleições. O prefeito, os juízes e todos os demais governantes eram escolhidos por sorteio. É este o sentido verdadeiro da democracia. Eleições, portanto, são uma fraude, um artifício antidemocrático que impede que a democracia se estabeleça, porque privilegia apenas uma parte dos cidadãos, justamente aqueles que têm maior poder (econômico, carismático, ardis etc.) e não os que têm capacidade efetiva de realizar o que o povo efetivamente deseja que seja feito. Dito de outra forma, o sistema de eleições desvia o foco do atendimento do desejo da população para compromissos com financiadores de campanha, segmentos específicos (como os evangélicos, cartéis etc.) e, acima de tudo, com o enriquecimento do próprio político.

Essa forma de governo foi inventada no século XVIII. É, portanto, anacrônica, ultrapassada. Já temos recursos tecnológicos capazes de revolucionar, para melhor, a forma de gestão dos negócios públicos. Uma comprovação disso é a própria escolha dos candidatos, feita por recursos tecnológicos de Tecnologia da Informação que tem sido imitada por muitos países. E não podemos e nem devemos parar por aí. Temos que dar o passo seguinte e avançar em direção ao próprio gerenciamento, agora direto, do Estado.

O povo tem razão quando diz que os vereadores, senadores e deputados não os representam. A maioria desses senhores não estão ali para resolver os problemas do povo. Basta ver a pauta dos “projetos” debatidos nesses parlamentos e a forma como os representantes do povo agem, mais comprometidos em auferir ganhos do poder Executivo e garantir a reeleição do que em resultados de cidadania. Devemos, com a ajuda das inúmeras tecnologias existentes, passar a fazer parte do próprio governo, de forma direta, efetiva, sem remuneração, enquanto exercício real e comprometido de cidadania.

Para isso, a primeira coisa que podemos fazer é eliminar as câmaras de vereadores. Os próprios cidadãos já podem, hoje, assumir a responsabilidade de fazer as leis e fiscalizar as ações do executivo, funções essenciais do legislativo municipal. Sem as câmaras dos vereadores, o Estado brasileiro economizaria pelo menos 20 bilhões de reais por ano! Esses recursos poderiam resolver de vez, em no máximo dois anos, os graves problemas de falta de recursos para a saúde e a educação.

Com a tecnologia da informação e comunicação disponíveis em praticamente todos os municípios brasileiros teremos a oportunidade de, pela primeira vez, mostrar ao mundo que o País do futebol e do samba tem uma grande contribuição a dar para todas as nações civilizadas. O País campeão da corrupção e das desigualdades econômica pode ser o País símbolo da inauguração de um novo estágio civilizatório, em que a democracia não precisa mais de intermediários, que se faz de forma direta, presente. Em lugar da representatividade, a tecnologia pode permitir que o Brasil dê ao mundo um Presente de tão grande valor: a democracia tão sonhada por todos.